

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A SITUAÇÃO DENOMINADA CEGUEIRA DELIBERADA	23
1.1. Origens da classificação jurídico-penal dos casos de cegueira deliberada	25
1.2. O <i>leading case US v. Jewell</i>	29
1.3. O objeto do conhecimento, intencionalmente ignorado....	32
1.4. A atitude do sujeito de ignorância proposital do aspecto fático	33
1.5. A equiparação jurídica dos casos de cegueira deliberada com as atuações realizadas com o conhecimento da situação.....	34
1.6. A ambiguidade do termo <i>knowledge</i>	39
1.7. O objeto da equiparação.....	44
1.8. O fundamento da equiparação	49
1.9. A especificação do conteúdo dos critérios classificatórios....	51
1.9.1. Os requisitos legais elementares.....	51
1.9.2. O requisito adicional definido no caso <i>US v. Jewell</i>	53
1.9.3. A polémica sobre a motivação e a finalidade.....	54
1.9.4. Síntese.....	57

2. PROBLEMAS DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DA COMMON LAW E DA CIVIL LAW.....	59
2.1. Diferenças entre as categorias <i>knowledge</i> e dolo eventual ..	60
2.1.1. Consequências destas diferenças	62
2.1.2. Tentativas de adaptações.....	65
2.2. Ausência de relação direta entre a cegueira deliberada e o dolo eventual.....	68
2.3. O problema do conhecimento na definição do elemento cognitivo do dolo	71
2.3.1. O erro sobre elementos do tipo	72
2.3.2. O que sabe quem decide não confirmar uma sus- peita.....	78
2.4. Propostas de modificação do conteúdo das categorias	82
 3. AS TEORIAS DO DOLO (COM ÊNFASE NO DOLO EVENTUAL)	 87
3.1. O aspecto cognitivo do dolo eventual	90
3.1.1. Os casos de cegueira deliberada	96
3.2. O aspecto volitivo do dolo eventual.....	100
3.2.1. A indiferença.....	102
3.2.2. A atitude do sujeito diante do risco	105
3.2.3. Os casos de cegueira deliberada	108
3.3. A imprudência consciente.....	110
 4. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA HIPÓTESE.....	 115
4.1. A estrutura da conduta (<i>actio libera in causa</i>)	116
4.1.1. Modos de ignorar.....	119
4.1.2. O elemento subjetivo da conduta prévia de igno- rância	120
4.1.3. O elemento subjetivo da conduta típica poste- rior.....	122
4.2. Os motivos e a finalidade.....	124

4.2.1. A metáfora do avestruz e da raposa.....	126
4.2.2. A função dos motivos e da finalidade	129
4.3. O objeto do elemento cognitivo do dolo	131
4.3.1. A determinação do objeto	133
4.4. A configuração objetiva do fato	137
4.5. Diferenças em relação a hipóteses similares, porém não idênticas	138
4.5.1. A “cegueira diante dos fatos” de Jakobs.....	139
4.5.2. A ignorância deliberada “stricto sensu” de Ragués i Vallès.....	140
4.6. Síntese dos requisitos para a classificação das condutas realizadas mediante ignorância deliberada na categoria dolo eventual.....	144
5. A RECEPÇÃO DO TEMA NO BRASIL	147
5.1. A teoria jurídica.....	148
5.2. A jurisprudência	155
5.2.1. O “Assalto do Banco Central”	156
5.2.2. O “Mensalão”	158
5.2.3. O caso do contrabando de cigarros.....	160
5.3. Balanço	161
CONCLUSÕES.....	163
BIBLIOGRAFIA	167